



LA RAZÓN HISTÓRICA
Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas
ISSN 1989-2659
Número 61, Año 2024, páginas 28-47
www.revistalarazonhistorica.com

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão

Enos André de Farias

Doutorando em Ecologia Humana (PPGECOH), com Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB), Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado em Direito (FACAPE).

Anna Christina Freire Barbosa

Doutora em Ciências Sociais (UFRN), com Mestrado em Economia (UFC) e Mestrado em Sociologia (UFPE). Licenciada em Ciências Sociais (UFPE), Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais (UFPE). Atua como Professora Adjunta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Faculdade de Petrolina (FACAPE).

Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco

Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF). Doutora em Educação (UCSF/Argentina). Mestre em Ciências da Educação (UI/Lisboa/Portugal).

Leonardo Diego Lins

Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, área de concentração em Ensino de Física pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pós-graduação em Ensino de Matemática pela Faculdade Integrada de Vitória de Santo Antão (FAINTIVISA).

RESUMO

O povoamento do Sudeste piauiense e do Sertão pernambucano possui relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa da Torre, cujo principal objetivo era financiar bandeirantes para empreender entradas, combater indígenas e conquistar o Sertão de dentro, um misto de apesadores de indígenas e conquistadores nos séculos XVI e XVII. O presente estudo analisa o processo de expansão, financiada pelo Garcia d'Ávila e executada pelo bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense) para além da costa brasileira. Para tanto, empreendeu-se a elaboração do percurso histórico, constituído pela chegada de Tomé de Souza a Bahia, o fortalecimento do poderio bandeirante, a doação das sesmarias e a efetivação dos avanços sobre a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Paraíba. A pesquisa teve como procedimento de investigação a análise histórica, definida

por ser uma abordagem sistemática que envolve a coleta, organização e avaliação crítica de dados relacionados a eventos passados. De caráter qualitativo, consubstanciado por revisão bibliográfica e documental, resultando na efetiva compreensão da formação dessa parte do território brasileiro, cujo entendimento da organização social, do colonialismo e da existência de grandes latifúndios, resultou no extermínio de indígenas, criação dos caminhos para a expansão dos currais e conquista da capitania do Piauí e Maranhão.

Palavras-Chave: Sertão de Dentro. História. Bandeirantes. Expansão Territorial.

RESUMEN

El poblamiento del Sudeste de Piauí y del Sertão de Pernambuco tiene una relación directa con la expansión y conquista de tierras emprendida por la Casa da Torre, cuyo principal objetivo era financiar a los bandeirantes para realizar entradas, combatir a los indígenas y conquistar el Sertão desde dentro. una mezcla de pueblos que se apoderaron de indígenas y conquistadores en los siglos XVI y XVII. El presente estudio analiza el proceso de expansión, financiado por García d'Ávila y llevado a cabo por el bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense) más allá de las costas brasileñas. Para ello, se emprendió la elaboración de la ruta histórica, consistente en la llegada de Tomé de Souza a Bahía, el fortalecimiento del poder bandeirante, la donación de sesmarias y la implementación de avances en la margen izquierda del río São Francisco para el río Paraíba. El procedimiento de investigación utilizó el análisis histórico, definido como un enfoque sistemático que involucra la recolección, organización y evaluación crítica de datos relacionados con eventos pasados. De carácter cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y documental, resultando en una comprensión efectiva de la formación de esta parte del territorio brasileño, cuya comprensión de la organización social, el colonialismo y la existencia de grandes latifundios, resultó en el exterminio de los pueblos indígenas, la creación de caminos para la ampliación de los corrales y la conquista de la capitania de Piauí y Maranhão.

Palabras-clave: Sertão de Dentro. História. Bandeirantes. Expansión Territorial.

ABSTRACT

The settlement of the Southeast of Piauí and the hinterland of Pernambuco is directly related to the expansion and land conquest carried out by Casa da Torre, whose main objective was to finance explorers to undertake expeditions, combat indigenous peoples, and conquer the Hinterland, a mixture of indigenous captors and conquerors in the 16th and 17th centuries. This study analyzes the expansion process, financed by Garcia d'Ávila and executed by the explorer Domingos Afonso Sertão (Mafrense) beyond the Brazilian coast. To do so, a historical trajectory was elaborated, consisting of Tomé de Souza's arrival in Bahia, the strengthening of the explorer's power, the donation of sesmarias (land grants), and the realization of advances on the left bank of the São Francisco River up to the Paraíba River. The research procedure involved historical analysis, defined as a systematic approach involving the collection, organization, and critical evaluation of data related to past events. Qualitative in nature, it was substantiated by bibliographical and documentary review, resulting in a comprehensive understanding of the formation of this part of Brazilian territory, where the understanding of social organization, colonialism, and the existence of large estates led to the extermination of indigenous peoples, the creation of paths for cattle ranch expansion, and the conquest of the captaincy of Piauí and Maranhão.

Keywords: Hinterland. History. Explorers. Territorial Expansion.

CONQUISTA Y OCUPACIÓN DEL SERTÓN DE DENTRO:

La formación del Sureste de Piauí y del Sertón de Pernambuco por la fuerza del bandeirante Domingos Afonso Sertón.

CONQUEST AND OCCUPATION OF THE "SERTÃO DE DENTRO":

The formation of Southeast Piauí and the Sertão de Pernambuco by the force of the bandeirante Domingos Afonso Sertão

1 INTRODUÇÃO

A historiografia do bandeirismo paulista constitui um campo de estudo dedicado a um dos períodos mais significativos da história do Brasil colonial, caracterizado pelo movimento de exploração, expansão territorial e busca por riquezas minerais nos séculos XVI e XVIII, período marcado pelo protagonismo dos exploradores e desbravadores atuantes no Sudeste do Piauí e no Sertão de Pernambuco, contrastando com povos indígenas que viviam na região, conforme afirma Santos (2009).

Nesse sentido, pesquisas têm emergido, resgatando a história desses povos e reconstruindo suas narrativas a partir das perspectivas de seus descendentes (SANTOS, 2009), onde a produção historiográfica sobre o bandeirismo paulista floresceu especialmente na primeira metade do século XX, com a publicação de diversos estudos sobre o tema.

A região do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, dada sua localização estratégica no interior do país e sua proximidade com rios navegáveis, foram frequentemente alvo de expedições em busca de riquezas, expansão territorial para a instalação de currais, e tentativa de escravização indígenas. Durante a expansão para o “sertão de dentro”¹, termo cunhado pelo Frei Martinho de Nantes para descrever o território além da região litorânea, situado entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, os colonizadores portugueses buscavam ampliar suas fronteiras ademais áreas costeiras já colonizadas.

O avanço da agricultura canavieira na área litorânea, resultou em uma quase monopolização das terras para a produção de açúcar, tornou-se essencial explorar outras áreas para desenvolver atividades que complementassem as operações dos engenhos. Isso envolvia a produção de alimentos agrícolas, carne, lenha, couro,

¹ Segundo Nantes (1979), a região denominada “sertão de dentro ou serão de rodela”, segundo o Frei Martinho de Nantes, um dos pioneiros missionários na catequização dos indígenas cariris nas áreas adjacentes do rio São Francisco, se estendia entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, e a partir dele se originaram as vilas nas capitanias da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Paranaguá e Jerumenha).

animais de tração e transporte. Essa situação incentivou a expansão territorial fora dos limites das unidades de produção açucareira, seguindo o curso do rio São Francisco, acima dos limites da Capitania de Pernambuco e Bahia.

Pelas mãos de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, são introduzidos, em 1533, os primeiros rebanhos de gado oriundos da ilha de Cabo Verde (SILVA et al., 2012). A pecuária, que emergiu como a atividade subsidiária mais significativa dos engenhos e sua dependência, como frisou Furtado (1983), se destacou como impulsionador do movimento de ocupação de extensas áreas do território brasileiro, daquele “Sertão de dentro”.

Para essas regiões distantes das áreas canavieiras, a pecuária assumiu um caráter itinerante, caracterizado por exigir investimentos de capital e pessoal relativamente baixos, com a expectativa de lucros eventuais. Adicionalmente, extensas áreas de terra disponíveis fora da região litorânea ofereciam pastagens de excelente qualidade, sendo ainda mais incentivador o conhecimento sobre a existência de minas de ouro e diamante na região.

Com a transferência do poder administrativo para o Brasil, em 1549, Tomé de Souza, nomeado Governador-Geral, determina a construção de uma cidade cercada por muralhas na Baía de Todos os Santos, consolidando Salvador como a primeira capital do Brasil Colônia, fortificada ao longo de sua costa para defesa contra invasores (FONSECA, 1971).

Para Bonfim (2016):

A cidade de Salvador foi construída próxima à antiga Vila do Pereira, erguida por Coutinho anos antes, tornando-se a sede do Governo Geral do Brasil. O regimento de Tomé de Sousa prescrevia que a mesma devia ter a característica de cidade-fortaleza. Esse documento também indicava que a Coroa visava atender aos apelos dos donatários por ajuda frente às suas dificuldades, assim como ter maior controle sobre o território da América portuguesa (BONFIM, 2016, p. 40).

Sendo uma cidade-fortaleza, foram construídos fortes para defesa no caso de invasão pelo mar, de um lado o forte de São Marcelo, na outra ponta, o forte de Monte Serrat. Ao redor da mesma uma grande muralha para prevenção contra ataques indígenas “cujas armas eram a flecha e o tacape, [...] que, por sua vez, deveriam ser também fortificadas à moda medieval, na forma de torres ou casas fortes, como recomendava o próprio D. João III”, assim pontuou (FONSECA, 1971, p. 54).

Dentre os nobres que chegaram à Corte de Tomé de Souza, o português Garcia d'Ávila foi designado para ocupar o cargo de almoxarife dos armazéns reais. Cabia a ele a responsabilidade pelo abastecimento do palácio do governador e das obras em andamento.

Garcia d'Ávila chega à Bahia com Tomé de Souza e logo é encarregado de almoxarife da fazenda del-Rei. Logo cedo entrou em contacto com os habitantes da terra, abarganhando anzóis e tesouras, espelhos e foices, com palha e farinha. Começa aqui a boa amizade do velho Garcia d'Ávila com os gentios estranhos (FONSECA, 1971, p.59).

De fato, Garcia d'Ávila mantinha contato com uma ampla gama de pessoas naquela cidade, desde os mais simples até os mais nobres que serviam ao governador. É nesse contexto que, em 1551, ele inicia a construção da Casa da Torre, uma imponente edificação conhecida por sua localização estratégica, e situada no topo de uma serra, onde foi concebida para oferecer proteção contra possíveis invasões, contando com uma torre que permitia a observação de grande parte dos arredores. Uma casa com planta baixa que referenciava os solares lusitanos, com varandas e muitos cômodos, citados por Freyre (2003).

Com a missão de empreender em nome da Coroa Portuguesa, onde seu castelo, cujas ruínas permanece na Praia do Forte, município de Mata de São João/BA², tinha a função de servir como residência e centro de controle para a administração das vastas terras da região, que compreendiam plantações, engenhos de açúcar e outros empreendimentos, recebendo grandes áreas de sesmaria da Coroa Portuguesa, para explorar, e a construção só foi concluída pelos descendentes dos Garcia d'Ávila.

A Casa da Torre servia como residência, casa forte e posto de vigilância da baía de todos os santos. Era de seu alpendre que tropas de bandeirantes seguiam para explorar o “Sertão de dentro”, criar currais e proceder com a “domesticação” e escravização indígenas. Fonseca (1971, p. 57) observa que a Casa da Torre “vai ligar-se ao sonho das minas de prata de Belchior Dias Moréia através Francisco Dias d'Ávila, que é encarregado de descobrir as minas de ouro e mais metais pelos sertões da Bahia”.

Mas, será na pecuária bovina o acento máximo daquela extensa família, cuja ação de desbravamento dos sertões, será reforçado pela contratação de bandeirantes renomados como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, que ganhou a alcunha de “sertão”, inserindo-o ao seu nome, pelas muitas incursões realizadas no interior do Brasil, tornando-o povoador da região do rio Piauí, segundo (LEITE, 1945). Domingos Afonso Sertão teve papel primordial na ocupação dos “sertões de dentro”, sendo contemplado com Sesmarias que tornaram-se grandes conglomerados de fazendas.

² A Casa da Torre é um importante ponto turístico na região, aberta à visitação pública, onde os turistas podem explorar seus cômodos, admirar a arquitetura histórica e desfrutar das vistas panorâmicas oferecidas pela torre.

No período colonial, durante o século XVII, o sistema de Sesmarias foi implantado pela Coroa Portuguesa como forma de distribuir terras e incentivar a colonização.

A partir de 1571, teve início o que ficou conhecido como expansão punitiva contra povos indígenas, cujas entradas seguiam diferentes trajetos, sendo a margem esquerda do rio São Francisco, aquela que é objeto desse estudo. Uma das principais características desse tipo de expansão foi a imposição de sistemas legais estritos e frequentemente arbitrários, muitas vezes resultando em punições severas, como a escravização, a tortura e até mesmo a execução de líderes indígenas ou de membros de comunidades inteiras. O objetivo era a penetração dos currais.

A expansão dos currais para o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco estava intimamente ligada à atividade pecuária, e “como os currais situavam-se sempre distantes uns dos outros, os contatos estabelecidos entre si, ou ocorriam ao acaso, ou se desenvolviam por força da exigência da labuta no campo aberto”, observou Gonçalves (2004, p.15). Além disso, havia a necessidade de implementar os espaços conquistados com mão-de-obra nas diversas formas de trabalhos, para tanto, o papel do vaqueiro foi fundamental.

Segundo Gonçalves (2004),

os primeiros vaqueiros foram recrutados no litoral entre mestiços, portugueses pobres e índios “mansos” e posteriormente, na própria região, entre os índios domesticados nas missões e habitantes da margem do rio que se colocavam sob o jugo de algum fazendeiro (GONÇALVES, 2004, p. 15)

As extensas áreas das Sesmarias eram destinadas à criação de grandes rebanhos de gado, com estruturas projetadas para abrigar, manejar e comercializar o gado de forma mais eficiente. No entanto, era preciso “vencer” os silvícolas, conquistar o território, ocupá-lo, e colonizá-lo, partindo de Salvador até as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, cenário para um território que seria formado durante os séculos seguintes.

A questão tratada nesta pesquisa analisa as interconexões do processo de expansão financiada pela Casa da Torre e executada pelo bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense), que vai desaguar na formação e povoação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco.

2 METODOLOGIA

Conforme Gil (2002, p. 17), pesquisa é um processo racional que tem como finalidade oferecer soluções para questões propostas. A pesquisa, de fato, não pode existir sem uma dúvida, uma inquietação ou uma pergunta. A pergunta norteadora deste trabalho tem como lastro contextualizar as interconexões que existe entre o

processo de escravização brasileiro, a formação dos quilombos no sertão pernambucano e Sudeste piauiense, a partir das Sesmarias de Domingos Afonso Sertão.

A abordagem seguiu pelo procedimento metodológico na perspectiva histórica, de caráter qualitativa, a partir da revisão bibliográfica e investigação documental. A abordagem qualitativa se baseou na reflexão e na interpretação conceitual do estudo. A pesquisa bibliográfica envolveu a exploração de documentos físicos, como livros, artigos, dissertações e teses de pesquisa, bem como a análise de categorias teóricas que foram previamente abordadas por outros acadêmicos e devidamente documentadas (SEVERINO, 2018, p.122).

A investigação documental, definida como "qualquer material escrito ou não, que funciona como evidência, criado no momento em que o evento ou fenômeno ocorre, ou posteriormente [...]" conforme aponta (GONÇALVES, 2005, p.60), foi referendado na pesquisa a partir do olhar para mapas e documentos históricos.

Quanto a análise dos dados e seus resultados, os mesmos ocorreram pelo prisma da pesquisa histórica, que é um processo multifacetado que envolve a investigação, análise e interpretação de eventos, pessoas e fenômenos do passado. Para Certeau (1982, p. 66) ela está inserida em um contexto socioeconômico, político e cultural específico, que se desenvolve dentro de um ambiente determinado por suas próprias características, como uma profissão liberal, uma posição de observação ou de ensino, ou ainda uma categoria de intelectuais. Ou seja, a pesquisa historiográfica está sujeita a exigências particulares, associadas a privilégios e enraizadas em uma especificidade contextual.

Pelo olhar decolonial, na medida que aprofundamos o pensamento em Quijano (2005), veremos que o colonialismo, que está sendo tratado neste trabalho, emergiu como um instrumento de exploração promovido pelo domínio do capitalismo, o qual precisava consolidar seu papel no final da Idade Média, mas que promoveu desigualdades, a supremacia eurocêntrica sobre outros povos, resultando na configuração de várias modalidades de interação sociorraciais, reforçando sua efetivação, transcendendo as fronteiras políticas e geográficas, e influenciando o controle das mentalidades e da estrutura social, numa perspectiva de subalternidade, nas periferias dos grandes centros ou mesmo em espaços distantes da Europa (MATA, 2014).

A conquista e ocupação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco é um processo de dizimação de muitas tribos indígenas, de imposição de poder e força, por parte da expansão empreendida e promovida pela Casa da Torre, e seus descendentes, que estabeleceram junto a Coroa Portuguesa, um propósito de efetivar a interiorização da colônia, capturando indígenas, criando povoações e implementando a pecuária, dentro de um "sertão de dentro", em uma época que a política colonial portuguesa, estava marcada pela criação de currais no interior e pelo crescimento da produção de açúcar, no litoral.

3 DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado, este estudo trata da conquista do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, pelos representantes da Casa da Torre e sob o comando de Domingos Afonso Sertão, responsável pela expansão da pecuária no “sertão de dentro”, durante o período colonial. A ocupação desses territórios se tornou possível pela conexão dos mesmos com o rio São Francisco.

Gonçalves (1997, p. 18), afirma que “a Casa da Torre, por esse tempo (1646), dava início à ocupação das terras conquistadas no São Francisco com o estabelecimento de currais”, afirmando ainda que “o passo do boi seguia sempre o rastro dos destruidores de índios e consolidava a obra da conquista de terra com sua ocupação efetiva”.

A Casa da Torre, comanda pela família Garcia D’Ávila conseguiu da Coroa Portuguesa outorga de exploração de terras desde Salvador, a época capital da colônia, passando pela margem esquerda do rio São Francisco, até o território onde está situado o Estado do Piauí, escravizando povos indígenas, fixando mamelucos como seus vaqueiros e expandido os braços da Coroa para o sertão de dentro (CALMON, 1958).

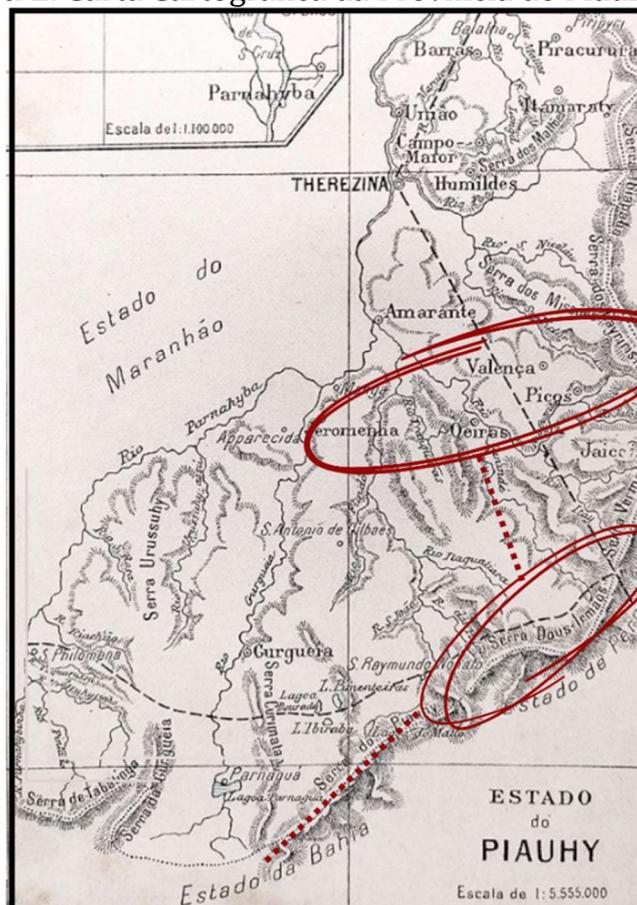
Segundo Lopes (1997) observa:

O Governo de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, deu ao Capitão Garcia d’Ávila, as terras pelo rio de São Francisco acima, começando das que estão povoadas até dar na última aldeia dos gentios Moipiras³, concedendo-lhes para a parte do norte até a serra chamada Paripe, ficando-lhe essa de dentro com outro tanto de largo abaixo e acima, quando tiverem de comprimento pelo dito rio de São Francisco, tomando por peão as terras que ficam junto do mesmo rio da banda desta capitania fronteiras do rio Salitre que descobriu o Capitão Francisco Dias d’Ávila e fica da parte da Bahia (LOPES, 1997, p. 18)

Observa-se na Carta Cartográfica da Província do Piauí (Fig. 1), datado de 1870, que o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco foi conquistado pela Bahia e Pernambuco, onde os bandeirantes construíram suas moradias, criaram seus currais, fortaleceram seus poderes políticos e militares, sempre avançando para dentro do território, onde implantaram das primeiras vilas.

³ Aldeamento Moipiras refere-se aos municípios de Floresta e Tacaratu, no Estado de Pernambuco.

Figura 1: Carta Cartográfica da Província do Piauí, 1870.



Fonte: <http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/>

Pelos traçados inseridos no mapa, é fácil observar a Serra dos Dois Irmãos, que serve como divisa entre Pernambuco e Piauí, e o avançar depois da serra, para Picos, Valença e Oeiras. É importante lembrar que para chegar a última Sesmaria era necessário passar por caminhos que serviriam posteriormente para deslocamento de tropas e interiorização do gado para pastoreio.

Esse caminho de tropeiros deu origem a “*passagem do joazeiro*”, no território pernambucano, local para descanso das tropas de vaqueiros que tangiam os bois com destino ao litoral, de onde também “encontravam-se duas estradas do Piauí, que costumam chamar de Travessia Nova, as quais se dirigiam para as nascentes do Canindé e, por ele abaixo, a Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do rio São Francisco” (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Esse poderio familiar foi imprescindível para a conquista do Sertão de dentro, desde a exploração dos minerais pelos bandeirantes até a ocupação do território do São Francisco, com seus currais e povoamento, bem como, pela ocupação de territórios até então protegidos e ocupados por etnias de povos indígenas, que

fugiram cada vez mais para dentro das matas, deixando as margens dos rios, livres para implantação dos currais, livres para os bois e para a colonização.

Dentre os sertanistas responsáveis por conduzir as expedições colonizadoras, destacam-se Domingos Afonso Sertão, também conhecido como Domingos Afonso Mafrense, seu irmão Julião Afonso Serra, e Francisco Dias D'Ávila, representante da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila, como os principais beneficiários de Sesmarias distribuídas pela Coroa Portuguesa, possuindo extensas áreas de terra e grandes rebanhos de gado bovino e equino no Sudeste colonial da província do Piauí.

O desfecho desse processo, marcado pela violência contra as populações indígenas, pela inserção dos escravizados oriundos de África, que nesses espaços viviam ou fora inserido, resultou no esvaziamento das comunidades nativas, na criação de currais pelos fazendeiros provenientes de São Paulo, Bahia e Pernambuco, culminando, no estabelecimento da Capitania de São José do Piauí, posteriormente.

A partir do final do século XVII, consolidou-se no Piauí uma economia voltada para a pecuária, configurando uma sociedade rural e descentralizada, fundamentada no uso da mão de obra escrava, iniciado pela força e destemor do Capitão Domingos Afonso Sertão.

3.1 O sistema das Sesmarias

Antes mesmo da descoberta do Brasil, em Portugal, já se debatia uma maneira de distribuir terras para promover uma ocupação agrícola eficaz. Isso era motivado pela crescente negligência dos agricultores, que gradualmente abandonavam suas atividades no campo, transformando suas propriedades em meros símbolos de poder, sem tirar proveito da terra, que se tornava inutilizada em vastas áreas abandonadas (SODERO, 1975, p. 153), assim como aconteceu com os donatários das Capitânicas que nem sequer vieram conhece-las quando da sua implementação na Colônia.

O rei de Portugal criou o sistema de Sesmarias depois da expulsão dos árabes, em um processo que teve início no século XI e foi finalizado no século XV. Uma Sesmaria tinha, em média, cerca de 6.500m², ou uma légua quadrada, em tamanhos atualizados. Essa medida era aplicada em Portugal e posteriormente estendida às terras ultramarinas, incluindo o Brasil. Muitas dessas terras estavam sob a autoridade da Ordem de Cristo, sendo obrigadas a pagar o dízimo para apoiar a propagação da fé (SODERO, 1975).

A distribuição de terras teve como fundamento a legislação de D. Fernando I, promulgada em 1375, e continuou a ser praticada nos reinados seguintes de Filipe, Manuel e Afonso. Segundo a legislação, diante do declínio das práticas agrícolas na nação, caberia a Coroa tomar medidas que restaurasse a forma de efetivação da ocupação do território (SODERO, 1975).

O processo de distribuição de Sesmarias também buscava diminuir o êxodo de trabalhadores do campo para a cidade, “contra o latifúndio, pelo esbulho do proprietário que por incúria ou falta de meios, deixasse inproveitadas as terras aráveis” afirmam (FREYRE, 2003, p. 291).

D. Fernando I promulgou em 26 de junho de 1375 uma lei que foi rotulada como "rigorosa e incisiva". Essa legislação obrigava os proprietários de terras a cultivarem suas propriedades, sob a ameaça de transferi-las para aqueles dispostos a cultivá-las, caso não cumprissem com tal obrigação (SODERO, 1975, p. 153).

É fato que a Coroa sozinha não tinha poderes para consolidar seu domínio, até pela geopolítica da época e pela concorrência com o reino de Castela (Espanha), de tal sorte que conseqüentemente, ela precisava reconhecer e permitir a existência do particularismo na propriedade, o qual refletia as tensões decorrentes do crescimento econômico e das situações de prosperidade nas terras da América portuguesa.

Para Mota (2012, p. 32):

Se, para a Coroa portuguesa, a política territorial de concessão de sesmarias representava a valorização econômica e política da conquista ultramarina, reforçando a ideia de império, na periferia do sistema, a relação tradicional entre o rei e seus vassalos foi constantemente redimensionada (ou negociada), em relação ao problema da jurisdição da propriedade.

As tensões provocadas pela Lei das Sesmarias tinham um sentido: evitar que a fome retornasse a Portugal, como em 1315 e 1316, que poucas colheitas foram tiradas do campo, e uma parcela considerável da população sucumbiu pela fome. A verdade é que a chegada dos portugueses ao Brasil e o início da colonização de fato, em 1530, levou a necessidade de constituição de um formato de organização que colonizasse o território, ocupando suas divisas, expulsando os estrangeiros indesejados, e extraindo riquezas para a Metrópole. Portugal viveria seus templos gloriosos com os esbulhos levados do Brasil.

Como forma de organização, primeiro foi pensando na divisão do território em Capitánias Hereditárias. Essa divisão administrativa foi proposta em 1534 pelo monarca D. João III, no entanto, só prevaleceu por poucos anos. Das 14 capitánias apenas duas prosperaram: Pernambuco (Duarte Coelho) e São Vicente (Martim Afonso de Souza), as demais fracassaram.

Aos donatários das Capitâneas eram entregues *Cartas de Doação*, que representava um instrumento da Coroa Portuguesa através do qual era concedida terras que deveria prosperar sem a ajuda financeira da Coroa.

Para constituir um senhorio, o rei (doador), apresentando a Coroa, e um particular (donatário) firmavam um contrato de doação, em cujos instrumentos, as cartas de doação, eram estabelecidas as suas regras específicas, indicando a região onde o poder seria exercido, o regime de tempo da doação (CABRAL, 2015, p. 73)

Os donatários tinham a responsabilidade de investir ou atrair investimentos, estabelecendo toda a infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento e a segurança de sua capitania. Além disso, eram encarregados de atrair colonos para habitar sua área, distribuindo terras (por meio de sesmarias) e coletando impostos daqueles que decidissem estabelecer residência nesses territórios.

Em 1548, com o fracasso da divisão administrativa da colônia em Capitâneas e com o enfraquecimento das rotas para as Índias, além de impedir que outros países da Europa se apropriem das terras brasileiras, a coroa portuguesa implementou o sistema de Governo Geral. Fausto (2013) observa que o encerramento do entreposto comercial dos portugueses em Flandres e as derrotas militares ocorridas no Marrocos contribuíram para a compreensão da urgência em transformar o Brasil em um território mais lucrativo para Portugal, e isso só aconteceria se de fato houvesse o desenvolvimento da Colônia.

Entre as funções do Governador Geral estava a autorização para distribuição de Sesmaria entre os fiéis capitães da Coroa, para que eles ocupassem e prosperasse as terras da colônia.

Mota (2012, p. 34) vai dizer que:

As sesmarias eram concedidas, na América portuguesa, com cláusulas específicas para melhor direcionar o processo mercantil agroexportador, estabelecendo os limites da ocupação territorial, as formas e os meios de produção e os impostos devidos aos cofres públicos (consubstanciados como dízimo ao Mestrado de Cristo ou como foro cobrado pelo Estado a partir da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695. Este foro foi reiterado pela Provisão de 20 de janeiro de 1699). Com uma carta de sesmaria em mãos, alguns súditos conseguiam reforçar o seu poder sobre seus adversários políticos frente à influência da elite local.

Um exemplo desse poderio reforçado vem da Casa da Torre de Garcia D'ávila, que por 10 gerações dominaram o cenário da colonização portuguesa no nordeste

brasileiro, e que até hoje as ruínas do antigo castelo construído sobre a colina de Tatuapara, permanecem desfraldando a história do Brasil.

3.2 Bandeirante Domingos Afonso Sertão

Na obra “devassamento do Piauí”, escrita por Barbosa Lima Sobrinho em 1946, encontramos a afirmação que os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, onde o primeiro entraria para a história como o responsável pela destruição do Quilombo dos Palmares; e o segundo é considerado o “conquistador do Piauí”, ambos com a benção dos herdeiros da Casa da Torre, principalmente Francisco Dias D’ávila. A ordem era avançar sobre o território do Rio São Francisco, ficando a cargo de Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, seu irmão, a entrada no “sertão de dentro” pelo lado noroeste do médio São Francisco, que viria ser o atual estado do Piauí.

a conquista do Piauí foi obra de Domingos Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho. O primeiro, que era português, possuía uma fazenda de gado, o Sobrado, da outra parte do Rio São Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí. Reunindo tropa disposta para as pelejas contra o gentio, ele entrou pelas terras piauienses. (SOBRINHO, 1946, p. 46).

A fazenda Santana do Sobrado, localizada de forma estratégica numa ponta do rio São Francisco, nas proximidades de onde hoje é o município de Sento Sé, na Bahia, era de propriedade do bandeirante Domingos Afonso Sertão, e ficava a meio caminho do Piauí, na fronteira do Sertão baiano, em uma área que engloba hoje municípios como Juazeiro, Sobradinho, Petrolina, Casa Nova. Mafrense era detentor de outras trinta fazendas, que alcançava uma parcela do Piauí, como os espaços territoriais dos atuais municípios de Queimada Nova até São Raimundo Nonato, Oeiras e São João do Piauí. Era de Sobrado que saíam os ataques e os enfrentamentos contra os indígenas, que sufocados pelas perseguições, cada vez mais adentravam ao território (NUNES, 2014).

Considerado um ser impiedoso, desfrutava da confiança inabalável dos representantes da Casa da Torre, que uniram forças para enfrentar os povos *tapuias*, tribos indígenas da região de São Francisco da Barra do Rio Salitre, episódios que ficaria registrado como os “conflitos nas margens do Rio São Francisco”. Segundo Costa (1974), essa forma de ataque é observada por Nunes (2014) que assim retrata:

No verão de 1671, deixou para trás sua fazenda Sobrado e, liderando uma tropa geralmente composta por 150 homens, partiu do vale do rio São Francisco em direção ao oeste, eventualmente alcançando a cumeada da serra, que recebeu o nome de Dois Irmãos em homenagem aos dois conquistadores. A partir dali, dirigiu-se às nascentes do rio Piauí, traçando

um caminho pelo qual mais tarde ficaria conhecido como "caminho velho", e nomeando a nova terra conquistada após o rio que serviu como rota. Durante essa bem-sucedida jornada, enfrentou numerosas nações indígenas e teve um encontro com o paulista Domingos Jorge Velho, que já há nove anos estava envolvido na captura de indígenas (NUNES, 2014, p. 274)

Esse avançar para dentro do território chamou atenção do capitão-mor Francisco Dias d'Ávila, herdeiro da Casa da Torre, que lhe concede, em 9 de julho de 1674, a patente de capitão de infantaria da tropa, seguida por outras condecorações como cavaleiro professo da Ordem de Cristo; provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; capitão de regimento; corporações religiosas, inclusive à Companhia de Santo Inácio de Loiola, além de tornar-se vereador do Senado da Câmara de Salvador (NUNES, 2014).

Em 1676, os irmãos Domingos Afonso e Julião Afonso Serra avançam na conquista do Piauí, combatendo e exterminando os indígenas da *Gurgueia*, que viviam depois do rio Grande (Parnaíba), partindo para a missão a partir da foz do rio Salitre. Segundo Santos (2010, p. 70):

uma segunda ação militar contra os mesmos gurgueia, que resultou, em 1º de junho de 1676, na degola de 400 homens e redução à escravidão de mulheres e crianças. O local desse morticínio ficaria a seis ou sete dias de viagem da foz do rio Salitre, ainda longedo rio Gurgueia, mas já próximo dos afluentes do Canindé, especialmente o Piauí. é provável que, como da primeira vez, tenham os expedicionários ultrapassado o divisor de águas entre o São Francisco e o Parnaíba. Quatro meses depois, Francisco Dias de Ávila, seu irmão Bernardo Pereira Gago e os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra recebem as primeiras sesmarias na região, localizadas nas margens do rio Gurgueia.

A conquista da *Gurgueia* consolidou o poderio de Domingos Afonso Sertão (Mafrense), lhe rendendo, como prêmio, grande quantidade de Sesmarias no território do Piauí já conquistado, ampliando seu patrimônio já notável.

Para Mott (2010, p. 92), em 1674, Domingos Afonso Sertão conquistou praticamente metade do território do Piauí, que eram administradas por vaqueiros de sua confiança, mesmo quando voltou para a Bahia.

Segundo Furtado (2019, p. 50):

No ano de 1676, Domingos Afonso, junto a seu irmão Julião Afonso e os irmãos d'Ávila – Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira Gago – receberam mais sesmarias, agora dez léguas de terras em quadro para cada, como recompensa pela guerra travada contra a tribo dos índios

gurgueias no Piauí. A carta de sesmaria mostra quão generosa foi a recompensa pela batalha. Os sertanistas solicitaram as sesmarias ao governador da capitania de Pernambuco do período, D. Pedro de Almeida, já que as terras requeridas estavam localizadas às margens do rio Gurgueia no sertão piauiense e, portanto, eram parte, no período, da capitania pernambucana.

Sua primeira propriedade nessa área foi a Fazenda Poção de São Miguel, que ficava no vale do rio Canindé, e ele acabou adquirindo mais trinta e nove fazendas subsequentemente. Essa forma de distribuição de terras feita pela Coroa Portuguesa, que implementou no Brasil o mesmo sistema de concessão de terras que era utilizado desde 1375 em Portugal, realizando apenas algumas modificações devido à vastidão do território e à distância entre a Colônia e a Metrópole, favoreceu o surgimento de grandes latifúndios improdutivos (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 372).

Para Neves (2005, p. 89) além das concessões ilimitadas de terras, em diferentes momentos e locais, eram concedidos privilégios aos senhores de terras, facilitando-lhes a incorporação de territórios intermediários e adjacentes. No final do século XVII, a freguesia de Mocha⁴ foi estabelecida nas terras anteriormente pertencentes a Domingos Afonso Mafrense. Em 1697, estimativas populacionais do padre Miguel de Carvalho indicavam a presença de 129 (cento e vinte e nove) fazendas de gado e 438 (quatrocentos e trinta e oito) colonos no Piauí. Nesse período, como afirma Mott (1985), aproximadamente metade da população era composta por indivíduos livres, enquanto a outra metade era formada por escravizados, tanto indígenas quanto africanos. A população era predominantemente masculina, o que contribuiu para a mistura étnica evidente nas décadas subsequentes.

Em 1717, conste em Oliveira (2019), que Mocha foi elevada à categoria de vila e, no ano seguinte, tornou-se a sede administrativa da Capitania do Piauí. Esse momento marcou a formal criação da capitania, sob a jurisdição do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mocha será de suma importância para aquela Capitania, vindo posteriormente, ser chamada de Oeiras, e tornar-se a primeira capital da Província do Piauí.

Após o falecimento de Domingos Afonso Sertão, em 1711, sem herdeiros reconhecidos, a administração de suas diversas fazendas no Piauí foi deixada em testamento aos padres do Colégio dos Jesuítas da Bahia, da Companhia de Jesus.

Furtado (2019, p. 67) afirma que,

⁴ Na região denominada "Mocha", nome originado de um riacho local, desenvolveu-se uma comunidade com uma capela afiliada à freguesia de Cabrobó, pertencente à Diocese de Pernambuco. Em 1696, a comunidade foi elevada ao status de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, e posteriormente, em 1712, foi promovida à condição de vila, adotando o nome de Mocha. Apenas em 1762, durante a implementação do aparato político-administrativo, a vila de Mocha foi promovida à categoria de cidade e designada como a capital da Capitania, recebendo o nome de Oeiras.

Por não reconhecer ser possuidor de herdeiros, ao morrer em 1711, na cidade do Salvador, declarou herdeira de seus bens sua alma e incumbiu aos jesuítas do Colégio da Bahia a administração das fazendas de gado que possuía no Piauí. A forma encontrada para que as propriedades não fossem negociadas foi constituir com elas uma capela, deixando especificado como gostaria que fosse administrado o capital fruto dos bens. Com esta ação, o conquistador português levou os jesuítas, que antes só transitavam pelo Piauí em passagem, a residirem em terras da Capitania pelos próximos 50 anos, só deixando aqueles sertões por ocasião da expulsão da Ordem em 1759. Foram somente as fazendas de Domingos Afonso a razão da permanência dos jesuítas no Piauí.

A expulsão dos Jesuítas em 1759, a partir de conflitos de interesse entre o Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, que para além das disputas de poder político e econômico, também inseria no cenário, disputas ideológicas, haja vista que o Marquês de Pombal via nos jesuítas uma força política que desestabilizava o poderio real, que conseguiu convencer o rei Dom José I a assinar um decreto de expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses.

As terras deixadas no testamento de Domingos Afonso Sertão, para a Companhia de Jesus, voltaram para a Coroa Portuguesa e fez surgir no cenário local outros nomes que passaram a ocupar, como beneficiário e em nome do rei de Portugal, a concessão das Sesmarias.

O Capitão Valério Coelho Rodrigues, adquiriu extensa área territorial e se estabeleceu em uma das fazendas localizada no Sudeste da província, de nome Paulista, efetivando o novo cenário para a região, que passou a ser ocupado também por escravizados fugitivos dos engenhos ou fazendas, para formar quilombos neste espaço do “sertão de dentro”, onde “o fato de muito negro ter deixado o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão”, como mencionou Freyre (2003, p. 108), fez nascer os primórdios das comunidades quilombolas dessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a formação colonial brasileira, é necessário analisar as estratégias políticas e os interesses da Coroa Portuguesa, que direcionava suas ações para as elites políticas locais e para os governos provinciais, durante seu processo de expansão marítima. Nesse contexto, o presente estudo analisou a conquista e ocupação do Sertão de Dentro, destacando a formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco através das Sesmarias doadas ao bandeirante Domingos Afonso Sertão.

Ao longo da pesquisa, pôde-se perceber a complexidade e a riqueza histórica desse processo, revelando uma intrincada teia de relações políticas, econômicas e sociais que moldaram essa região ao longo dos séculos.

Como evidenciado, a dinâmica da conquista do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, esteve intimamente ligada às disputas de poder e a necessidade de alcançar novos espaços para criação de gado e “domesticação” dos que ocorriam no período imediatamente anterior. A nomeação de governos provisórios já renunciava os embates por influência e controle interno na província.

A conquista e o extermínio de diversos povos indígenas, foi obra dos descendentes de Garcia D’ávila, da Casa da Torre, que delegou a Domingos Afonso Sertão essa incumbência. Por sua vez, Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, seu irmão, adentraram as nascentes do rio Piauí em 1674. Dois anos depois as primeiras sesmarias de terras que beneficiaram os mencionados, juntamente com Francisco Dias d’Ávila e Bernardo Pereira Gago, foram concedidas pela Coroa Portuguesa. Cada sesmeiro recebeu um total de 10 léguas (NUNES, 1975, p. 72), através do governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, quando do combate da Gurgueia.

A figura de Domingos Afonso Sertão emerge como um elemento central nesse contexto, representando não apenas um indivíduo em busca de poder e prestígio, mas também um agente catalisador das transformações que ocorreriam naquelas terras áridas e desafiadoras. Suas Sesmarias não apenas delinearão os limites territoriais, mas também foram responsáveis pela introdução de práticas agrícolas, sistemas de produção e relações sociais que moldaram o tecido socioeconômico da região.

Nunes (1975) afirma ainda que após regressar à Bahia, onde mantinha sua residência, Domingos Afonso Sertão (Mafrense) deixou aproximadamente 30 fazendas de gado sob a administração de vaqueiros em quem confiava, e que, como mencionado, ao falecer e não deixar herdeiros, em 1711, foi revelado que ele havia estabelecido em testamento a doação de todas as terras e rebanhos que possuía no Piauí, com a finalidade de serem administrados pelo reitor do Colégio Jesuíta da Bahia. Era uma prática comum entre os homens da época, deixar volumosa parte da herança para a Igreja, como forma de diminuir suas penas e pecados, no leito de morte.

A Companhia de Jesus, que assumiu por testamento diversas fazendas deixadas por Domingos Afonso Sertão, antes de serem expulsos do Brasil, inauguraram o Seminário do Rio Parnaíba no Piauí, situado em Oeiras e liderado pelo padre Francisco Ribeiro, em 1749, que segundo (NUNES, 1975, p. 144) foi dedicado a Santa Úrsula, considerado o primeiro estabelecimento de ensino secundário, com ensino de gramática e humanidade daquela província.

A expulsão dos Jesuitas fez eclodir uma disputa pelo espólio deixado por Domingos Afonso Sertão, entre outros tantos capitães ligados à Coroa Portuguesa.

É crucial reconhecer que a história dessas regiões não se resume apenas à narrativa dos colonizadores e sesmeiros, mas também inclui as vozes e experiências daqueles que foram marginalizados e oprimidos.

Portanto, qualquer análise sobre a formação do Sudeste do Piauí e do sertão de Pernambuco deve ser sensível às perspectivas e contribuições das comunidades tradicionais, buscando promover uma compreensão mais holística e inclusiva desse processo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Nívia P. D. de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Anais. Fortaleza: UFCE, 2009.

BONFIM, Alexandre Gonçalves do. As Capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América Portuguesa (1530-1630). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23324/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandre%20Gon%C3%A7alves%20do%20Bonfim.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CABRAL, Gustavo César Machado. Os senhorios na América Portuguesa. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53385/1/2015_art_gcmcabral_senhorios.pdf. Acesso em: 14 mar 2024.

CALMON, Pedro. História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí [1909]. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2013.

FONSECA, Fernando L. A Torre de Garcia D'Ávila. UNIVERSITAS: Revista de Cultura da UFBA, nº 8/9. 53/71, agosto, 1971.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e Senzala. 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. Os Jesuítas no Sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760). Tese de Doutorado. UFBA, 2019. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_revisada.pdf. Acesso em: 18.out.2023.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, 2005.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Até onde a memória alcança: um estudo sobre Caatingueiros e Beiradeiros do Submédio do Vale do Rio São Francisco. Dissertação. UFPE. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9903/1/arquivo9389_1. Acesso em: 04 Mar. 2024.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1945.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. Civita, Porto Alegre, n. 1, vol. 14, p. 27/42, 2014.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América portuguesa. SÆCULUM - Revista de História. João Pessoa, jan./jun. 2012.

MOTT, Luiz. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: Piauí Colonial: População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOTT, Luiz. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.

NANTES, Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NUNES, Odilon. Estudos de História do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. Pesquisa para a História do Piauí. 2.^a Edição. Coleção Centenário 8. p. 274. Teresina: APL, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiro; ASSIS, Nívia P. D. de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Anais. Fortaleza: UFCE, 2009.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPE_802cece8883067437c5b73913127018c. Acesso em 15 fev. 2024.

SPIX, Johann Baptist Von. MARTIUS, Carl Friedrich Von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER Edigardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 22.out.2023.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Devassamento do Piauí. São Paulo: Brasilianas, 1946.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24^a ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Marcelo Correa da.; BOAVENTURA, Vanda Maria.; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. História do povoamento bovino no Brasil Central. Revista UFG, ano XIII, n.13, p.34-41, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267811402_HISTORIA_DO_POVOAMENTO_BO_VINO_NO_BRASIL_CENTRAL. Acesso em: 25 fev. 2013.

SODERO, Fernando Pereira. O Módulo Rural e seus Agrário e Imobiliário. Implicações Jurídicas. LTr, 1975.